

Ficha Técnica

Tribuna livre impulsionada pelo POUS
o militante
socialista

Proprietário: Carmelinda Pereira
NIF: 149281919

Editor: POUS - Partido Operário
de Unidade Socialista
NIPC: 504211269

Sede: Rua de Sto António
da Glória, 52-B / cave C
1250-217 LISBOA

Isenta de registo na ERC, ao abrigo
do Dec. regulamentar 8/99 de 9/6
(artigo 12º, nº 1 a)

Director: Joaquim Pagarete

Comissão de redacção:

Aires Rodrigues
Carmelinda Pereira
Joaquim Pagarete

Impressão: Imaginação Imprensa
Rua Braancamp, 15A
1250-049 Lisboa

Edição: 100 Exemplares

A nossa história:

O jornal “**O Militante Socialista**” nasceu em 1975, sob a responsabilidade de militantes do Partido Socialista (PS), pertencentes às Coordenadoras dos núcleos de empresa, organizados na sua Comissão de Trabalho. Nasceu identificado com os ideais da Revolução do 25 de Abril, do socialismo e da democracia.

Esses mesmos ideais continuaram a ser assumidos pela corrente de socialistas afastados do PS, que fundaram o Partido Operário de Unidade Socialista (POUS), em conjunto com a Secção portuguesa da IVª Internacional.

Em continuidade com os ideais que presidiram à publicação dos primeiros “Militantes Socialistas”, o POUS impulsiona actualmente este jornal, como tribuna livre da luta de classes, aberta a todas as correntes de militantes que intervêm democraticamente para defender as conquistas do 25 de Abril.

A defesa destas conquistas exige o desenvolvimento de uma acção política totalmente independente das instituições ligadas aos Estados, às religiões ou ao capital – e, por isso, a orientação de “O Militante Socialista” identifica-se com a do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos.

E d i t o r i a l

Os trabalhadores querem a revogação das leis anti-laborais

Quando, em Outubro de 2015, milhares de nós nos concentrámos em S. Bento,

expressando a vontade de todos de acabar de vez com os governos PSD/CDS, que Cavaco pretendia fazer perpetuar no poder, fizemo-lo também para que a nova maioria PS/BE/CDU na Assembleia da República e o Governo dela resultante começassem, desde logo, a repor os direitos e conquistas dos trabalhadores e das populações, e, particularmente, a reverter a legislação laboral e, nesta, o regime de caducidade da Contratação Colectiva.

Ao longo de todo este tempo nem uma única vírgula foi mexida nesta legislação.

Assim, foi já com pouca surpresa que vimos o ministro Vieira da Silva afirmar que não pretendia mexer-lhe – descansando as “instituições internacionais” e respondendo positivamente à exigência expressa pelos patrões através do presidente da CIP – e pondo a claro a posição do Governo,

Mas a representação mundial do capital financeiro, o FMI, acha que ainda não chega. Há dias, a delegação que se deslocou a Portugal para continuar a controlar as contas dos Estado, afirmou que é preciso “*continuar a libertar a legislação laboral de entraves*”, ... é preciso – para eles – continuar a fundo nos ataques aos trabalhadores.

Pouco depois foi Benoît Hamon – candidato às

Presidenciais francesas – que se deslocou a Portugal para se inteirar junto do governo, do BE e do PCP (com este não chegou a ter oportunidade de se reunir) do funcionamento da “geringonça”, para a poder vir a aplicar no seu próprio país. Lembremos que Hamon foi ministro do governo de Hollande, responsável pela Lei “El-Khomri” (em tudo idêntica à legislação laboral posta em prática por Passos Coelho e que o governo de António Costa teima em manter).

Tal como em França, onde a classe operária e outras camadas exploradas da população continuam, nas ruas e nas empresas, a resistir e a lutar contra a Lei “El-Khomri”, organizados em torno das suas organizações e das centrais sindicais CGT e FO, também em Portugal tal acontece.

São os trabalhadores da GroundForce e de todo o sector de handling (assistência em terra a aeronaves e companhias aéreas) que com a sua CT e Sindicato (SITAVA) impuseram um Contrato Colectivo para todo o sector. São os trabalhadores da Logoplaste, que viram o seu Contrato Colectivo (do sector químico) ser declarado caducado, mas que – organizados em torno da sua CT – continuam a fazer adoptar a sua aplicação.

São os trabalhadores dos SAMS (Serviços Médicos do Bancários) que lutam contra a tentativa do seu patrão (curiosamente a direcção de

um sindicato – o Sindicato dos Bancários Sul e Ilhas, SBSI – que recentemente assinou um contrato com os banqueiros que retira um enorme leque de conquistas aos bancários) impor a caducidade do seu Contrato.

São os Estivadores que se procuram unificar, pondo em marcha o processo para constituir um Sindicato Nacional, para o sector portuário, e unir a sua luta com a dos estivadores de outros portos da Europa.

Arménio Carlos, dirigente da CGTP, afirma, é urgente reverter a legislação laboral – e em particular a Lei da Caducidade. Estas lutas mostram o caminho. Então, não é necessário que as organizações sindicais mobilizem os trabalhadores para exigir a revogação das leis anti-laborais?

É para dar mais força a esse movimento dos trabalhadores e ajudar a que ele se possa exprimir a uma só voz a nível global, para agrupar aqueles que ajudarão o conjunto dos trabalhadores, usando as suas organizações, a trilhar esse caminho que CTs, dirigentes Sindicais e militantes apelam a um Encontro Intersectorial de Trabalhadores, na preparação do qual os militantes do POUS se encontram totalmente empenhados. ■

A Comissão de Redacção